

# **PROJETO DE LEI N.º 5.299, DE 2023**

(Do Sr. Romero Rodrigues)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para classificar como abusiva a cláusula que permita, nos serviços públicos concedidos ou permitidos, a emissão antecipada de fatura, por estimativa de consumo.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-7092/2017.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL** Art. 137, caput - RICD

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ROMERO RODRIGUES)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para classificar como abusiva a cláusula que permita, nos serviços públicos concedidos ou permitidos, a emissão antecipada de fatura, por estimativa de consumo.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para classificar como abusiva a cláusula que permita, nos serviços públicos concedidos ou permitidos, a emissão antecipada de fatura, por estimativa de consumo.

Art. 2º O art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX:

"Art. 51
XX - autorizem o concessionário ou permissionário de serviços
públicos a emitir antecipadamente fatura ou outro documento de
cobrança, com base em estimativa de consumo.
" (NR)
,

## **JUSTIFICAÇÃO**

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Lamentavelmente, constitui prática admitida na regulação dos serviços púbicos concedidos a cobrança de tarifas sem que o serviço contratado pelo consumidor tenha sido efetivamente prestado e mensurado. As





chamadas cobranças antecipadas por estimativa têm, efetivamente, previsão nos instrumentos de concessão e nos contatos de adesão que os usuários dos serviços públicos se veem obrigados a celebrar para ter acesso a essas atividades públicas essenciais.

Certamente, cuida-se de medida excessiva e incompatível com os princípios que devem reger a oferta de serviços públicos. É relevante salientar que os provedores de serviços concedidos, além das obrigações de conformidade, qualidade e eficiência estipuladas nos contratos com o setor público, também estão sujeitos a uma série adicional de responsabilidades estipuladas pelas regulamentações de proteção ao consumidor presentes na Lei n.º 8.078, de 1990, conhecida como o Código de Defesa do Consumidor.

Essa camada suplementar de obrigações impõe às prestadoras o dever de manter a equidade, sem estabelecer requisitos excessivos, agir com transparência e boa-fé em suas relações comerciais e proteger os interesses econômicos dos consumidores. Todos esses cristalinos preceitos estão sendo frontalmente violados quando as prestadoras de serviços públicos emitem faturas antecipadamente à aferição, baseadas em estimativas de uso e em absoluto contraste com o curso natural das relações jurídicas obrigacionais, que pressupõe o pagamento após a concreta e mensurável execução dos serviços.

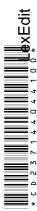
Com a finalidade de impedir esse comportamento – que, aliás, vem sendo repelido, frequentemente, pelo Poder Judiciário -, apresentamos projeto de lei que classifica textualmente a cobrança por estimativa como cláusula abusiva e, portanto, nula de pleno direito.

> Sala das Sessões, em de 2023. de

> > Deputado ROMERO RODRIGUES

2023-12398







# CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-
SETEMBRO DE 1990	<u>11;8078</u>
Art. 51	

FIM DO DOCUMENTO	